

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**EXPROPRIAÇÃO, LUTA E RESISTÊNCIA:
A QUESTÃO CAMONESA NO BAIRRO “MAQUININHA”,
MUNICÍPIO DE DRACENA-SP**

CARLOS VITÓRIO MARTINS JOVIANO

DOURADOS - MS

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**EXPROPRIAÇÃO, LUTA E RESISTÊNCIA:
A QUESTÃO CAMPONESA NO BAIRRO “MAQUININHA”,
MUNICÍPIO DE DRACENA-SP**

CARLOS VITÓRIO MARTINS JOVIANO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Márcia Yukari Mizusaki.

DOURADOS

2009

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, que me ensinaram a ser camponês ao mesmo tempo em que me incentivaram a sair da terra para estudar, mas nunca permitiram que a terra saísse de dentro de mim.

A minha esposa Ivani, pela paciência e renúncia nos tempos difíceis e a meus filhos Paula e Vinicius, pela compreensão na ausência.

AGRADECIMENTOS

O fim de uma tarefa é tempo de reconhecimento, sobretudo quando constatamos que a pesquisa não seria finalizada sem o auxílio direto e ou indireto de tantas outras pessoas e estabelecimentos, especialmente:

A Deus, que como criador atendeu e concedeu a sua criatura o dom de acreditar que chegar mais adiante era possível.

À minha família (Ivani, Paula e Vinícius), que não permitiram o meu esmorecimento e a meus pais (João e Eurídice), camponeses de origem e profissão, que sempre acreditaram naquilo que ensinaram a seus filhos.

À UFGD, pela estrutura e pela iniciativa de abertura da 1ª turma do curso de Mestrado em Geografia, da qual eu fiz parte.

À minha orientadora Profª. Márcia Yukari Mizusaki, lúcida sobre o papel que representa como professora e pesquisadora, oferecendo todas as condições para a realização desta pesquisa, sobretudo pela orientação segura e paciente nos momentos de dificuldades e incertezas. Obrigado por fazer parte deste momento tão importante da minha formação.

Ao Prof. Jones Dari Goertert, a Profª Lisandra Lamoso e ao Prof. Bernardo Mançano Fernandes, pelas leituras criteriosas e pelas discussões que embasaram este trabalho.

A todos os professores e professoras da pós-graduação pelo apoio, pelo companheirismo e pelas conversas de incentivo e

Ao Prof. Antônio Thomaz Junior e Prof. Fernando Perli, pela disponibilidade em realizar a leitura do Relatório de Qualificação em tão pouco tempo e pelas críticas e sugestões feitas no Exame, que mudaram o rumo da pesquisa.

Às famílias entrevistadas, pelo tempo dedicado, pelas longas e agradáveis conversas, Em especial, às 24 famílias do bairro “Maquininha” que consentiram abrir o seu universo camponês e compartilharam suas experiências.

Aos companheiros de Mestrado, especialmente, aos amigos Zé Roberto e Antônio Carlos, pelo café das madrugadas em Anaurilândia, pela companhia e trocas de pneus nas divertidas viagens noturnas nas estradas esburacadas, aos amigos Carlos e Walter Ferrari e suas histórias nos almoços e nas noites de hotéis e aos colegas Adriano, Adriano Arcari, Débora, Eliseu, João Vanderley, Júlio, Marcos,

Amábili, Michelle e Thaine, pelas discussões, pelas contendas e as divertidas conversas de intervalos.

Aos professores e amigos de trabalho, Fernando Perli, Marcheti, Sérgio Mantovani e Roberto Mancuso pelos incentivos, auxílios, descontração, paciência no stress e trocas de experiências e Raquel Sgarbi Ribeiro pela ajuda na tradução do resumo

À Prof^a Isabel Castanha Gil, pelas trocas de idéias e informações.

Ao Cleber e a Elaine da secretaria de Pós-Graduação do departamento de História e Geografia da UFGD, pela atenção e disponibilidade.

Ao senhor Natal Montanher e as empresas Usina Dracena, Usalpa, Laticínio Dracena, Cacretupi, pelos dados do setor alcooleiro e lácteo

Ao pesquisador da história de Dracena, Rogério Edson dos Santos por abrir seu acervo pessoal e pelo empréstimo de material fotográfico e de leitura.

Aos funcionários do IBGE, Hélio e Raul pelo fornecimento de dados e pelos mapas e Thiago da CATI pela disposição em repassar informações.

Aos colégios Objetivo de Tupi Paulista, Objetivo de Tupã, Objetivo de Junqueirópolis, ao Anglo CID de Dracena, ao Anglo Lumen de Guararapes e a Fundec pela colaboração, concessões e compreensão, permitindo que essa pesquisa fosse possível.

Aos meus alunos, motivo pelo qual busco estudar mais, pelo incentivo e por dar ouvidos à minhas histórias.

Enfim, a todos que de alguma maneira direta ou indiretamente fizeram parte desse trabalho, meu muito obrigado!

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIC – Associação Brasileira da Indústria de Café
AEHC - Álcool etílico hidratado combustível
AEAC - Álcool etílico anidro combustível
AIC - Acordo Internacional do Café
ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Automóveis
CAC - Cooperativa Agrícola de Cotia
CACRETUPI – Cooperativa Agrária de Cafeicultores da Região de Tupi Paulista
CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.
CGG - Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo
CO² - Gás Carbônico
CPEF - Companhia Paulista de Estrada de Ferro
EDR – Escritório de Desenvolvimento Regional
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural
EUA – Estados Unidos da América
FAI - Faculdades Adamantinenses Integradas.
FCT/UNESP Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp de Presidente Prudente
FEPASA - Ferrovias Paulista S.A
Ferroban - Ferrovia Bandeirante
FIBGE – Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FUNDEC – Fundação Dracense de Educação e Cultura
GERCA - Grupo de Racionalização da Cafeicultura
IAA - Instituto do Açúcar e do Álcool
IAC - Instituto Agrônomo de Campinas
IBC - Instituto Brasileiro do Café
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA – Instituto de Economia Agrícola
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
LUPA - Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agrícola
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária.

PAM - Produção Agrícola Municipal

PEA - População economicamente ativa

PROÁLCOOL – Programa nacional do álcool

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRRC - Planos de Renovação e Revigoração de Cafezais

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa

SINGA - Simpósio Nacional de Geografia Agrária

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourado

UNICAMP – Universidade de Campinas

UNIFADRA – União das Faculdades de Dracena

USALPA – Usina Alta Paulista

LISTA DE FIGURAS	P.
Figura 1 - Vista aérea do bairro “Maquininha”	19
Figura 2 - Fronteira entre o café e a mata nas frentes de expansão na região de Dracena.	41
Figura 3 - Traçado das ruas de Dracena - Maio de 1947.....	54
Figura 4 - Marco inicial da implantação de Dracena.	58
Figura 5 - Local do marco inicial da implantação de Dracena.	58
Figura 6 - Churrasco em Dracena -1945.....	60
Figura 7 - Arrozal em Dracena – 1947.....	61
Figura 8 - Extração de Madeira em Dracena.....	62
Figura 9 - Serraria Dracena, de propriedade de Paulo Penko.	62
Figura 10 - Visitantes em Dracena – 1945.	63
Figura 11 - Propriedade de José Spadácio.....	65
Figura 12 - Localização das famílias japonesas.	73
Figura 13 - Antiga escola rural do bairro Spadácio (“Maquininha”).	77
Figura 14 – Antigo armazém do bairro “Maquininha”.....	78
Figura 15 - Pé de café com três anos – Dracena – 1946.....	92
Figura 16 - Vista área do bairro “Maquininha” em 2003.....	102
Figura 17 - Terreiro de secagem de café abandonado nas terras de L. Takeshita.	112
Figura 18 - Casa abandonada – Antiga moradia de Jorge Takaki.	113
Figura 19 - Casa abandonada – Antiga moradia de Augusto dos Santos.....	114
Figura 20 - Casa abandonada – Antiga moradia de José Pereira da Silva....	115
Figura 21 - Pé de café com nematóide.....	117
Figura 22 - Lavoura de café intercalada com lavoura temporária.....	122
Figura 23 - Ruínas da Antiga Máquina Yoshioka – Café Brasileiro.....	123
Figura 24 - Ruínas da Antiga Máquina Yoshioka.....	124
Figura 25 - Prédio abandonado da Cafeeira Nova Paulista.....	124
Figura 26 - Máquina Yoshimura ainda em funcionamento.....	125
Figura 27 - Declaração de produção ao INCRA – 1992.....	128
Figura 28 - Foto aérea da Usina Alta Paulista.....	141

Figura 29 - Cana-de-açúcar em terras arrendadas de Lítuo Takeshita à Usalpa.	146
Figura 30 - Plantação de eucalipto para impedir o avanço da cana-de-açúcar.	156
Figura 31 - Cafeicultura irrigada consorciada com acerola.....	158
Figura 32 - Plantação de café irrigado por gotejamento.	158
Figura 33 - Pastagem irrigada consorciada com jaqueiras- Sítio São João....	159
Figura 34 - Feira do produtor rural em Dracena – Sr. João e Esposa.....	160

LISTA DE GRÁFICOS	P.
Gráfico 1 – Produtos agrícolas em toneladas em Dracena - 1956.....	80
Gráfico 2 - Valor anual da saca de café no Brasil de 1946/77.....	111
Gráfico 3 - Produção do café em Dracena – SP (1956/96).....	119
Gráfico 4 - Produção agrícola em Dracena/SP (toneladas) - 1996.....	129
Gráfico 5 - Produção de carros a álcool e flex fuel no Brasil - 1985 a 2008	138
Gráfico 6 - Criação de gado bovino no município de Dracena-SP.....	148

LISTA DE CROQUI	P.
Croqui 1 - “Mapa” usado pela Emp. Fioravante, Spinardi & Vendramini Ltda. ...	60

LISTA DE TABELAS		P.
Tabela 1 - Número de propriedades do atual Bairro “Maquininha” – 1956.	66	
Tabela 2 - A posse da terra entre os grupos camponeses.	126	
Tabela 3 - A variedade de produtos entre os grupos camponeses.	127	
Tabela 4 - Produção agrícola em hectares em Dracena: 1995/96 e 2007/08. ..	150	

LISTA DE CARTA GEOGRÁFICA		P.
Carta 1 - Bairro “Maquininha” - plantações de café e pecuária – 1975.	101	

LISTA DE MAPAS		P.
Mapa 1 - Localização da Região da Alta Paulista no Estado de São Paulo.	16	
Mapa 2 - Microrregião de Dracena	17	
Mapa 3 - Município de Dracena.	18	
Mapa 4 - Localização das Usinas Dracena e Usalpa.	142	
Mapa 5 - Área da expansão da cana pela Usina Dracena.	161	

SUMÁRIO	P.
INTRODUÇÃO	14
1. CAMPESINATO E TERRITÓRIO: PERSPECTIVAS PARA A QUESTÃO AGRÁRIA EM DRACENA	22
2. A (RE)CRIAÇÃO CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE DRACENA	38
2.1 Posseiros e grileiros na frente de expansão.	40
2.2 Colonização e recriação camponesa na Nova Alta Paulista.....	52
2.3 O campesinato no município de Dracena e a Empresa Fioravante, Spinardi & Vendramini Ltda.....	57
2.4 O Bairro “Maquininha” e a questão camponesa.....	64
2.4.1 A formação do Bairro “Maquininha”	64
3. PRODUÇÃO E SUJEIÇÃO: ASPECTOS DA PRODUÇÃO CAFEIEIRA NA UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO	79
3.1 A produção camponesa e a formação da economia cafeeira.	85
3.1.1 Características gerais.	86
3.1.2 Auge e crise: encontros e desencontros.	103
3.2 Os fatores de desarticulação da economia cafeeira.	110
3.3 Desterritorialização e resistência: faces da (re)criação camponesa. ...	119
4. A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL X CAMPESINATO: A CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE DRACENA	133
4.1 A expansão da cana-de-açúcar.	134
4.1.1 Apropriação e sujeição: as estratégias de expansão produtiva.....	143
4.1.2 Estratégias e representações camponesas na luta pela permanência na terra.	151
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	166

RESUMO

A ocupação e territorialização do campesinato no município de Dracena, em especial no bairro “Maquininha”, se deu através de frentes de expansão formadas por camponeses posseiros ou proprietários, que praticavam a agricultura de subsistência e por grileiros, companhias colonizadoras e compradores de terras vindos das áreas antigas de plantação de café. O choque dos dois processos e a luta pela terra teve como consequência o desmatamento, a expansão de núcleos urbanos e a formação de pequenas propriedades, na maioria constituída de lavoura de café. Após a década de 1980, a crise do setor cafeeiro, desestimulou muitos camponeses que abandonaram e erradicaram muitos cafezais, desestabilizando e afastando do campo muitos camponeses, que desterritorializados, migraram para a cidade. No início do século XXI, o aumento do uso de álcool como combustível promoveu a reativação e implantação da agroindústria canavieira na região e expandiu a área cultivada com cana-de-açúcar, através da compra e do arrendamento de terras, tornando esse meio de produção cada vez mais concentrado, causando um novo impacto na luta pela terra e na estrutura fundiária do município. Por isso, alguns camponeses na luta pela permanência na terra criaram estratégias de resistência como cultivos alternativos, diversificação da produção, consorciamento de lavouras, melhoria técnica da produção, agregação de valor ao produto e venda direta da produção em mercados e na feira do produtor. Dessa forma, a análise da questão agrária no contexto da mudança da economia cafeeira para a cana-de-açúcar, e os seus efeitos para os camponeses são elementos importantes, sobretudo para compreender a reelaboração de novas formas de permanência e recriação do camponês.

Palavras chaves: territorialização; cafeicultura; camponeses; resistência; cana-de-açúcar

RESUMEN

La ocupación y territorialización del campesinato en el municipio de Dracena, en especial en el barrio “Maquininha”, ocurrió a través de frente a la expansión hecha por los campesinos ocupantes y propietarios que ejercían una agricultura de manutención y “grileiros”, por compañías que hicieron la colonización y compradores de tierras que venían procedentes de las zonas de la antigua plantación de café. El choque de los dos procedimientos y la lucha por la tierra produjeron el deforestación, la expansión de los núcleos urbanos y la formación de pequeñas propiedades, en su mayoría compuesta de los cultivos de café. Después de la década de 1980, la crisis en la producción del café llevaron muchos de los campesinos a salir y erradicar el cultivo del café y con la desestabilización, los campesinos, ahora deterritorializados, se fueron del campo y migraron para la ciudad. En el inicio de siglo XXI, el aumento del uso del alcohol como combustible hizo la reactivación e implantación de la agroindustria canavieira en la región y expandió la superficie cultivada con caña de azúcar, a través de la compra y arrendamiento de la tierra, haciendo esse médio de producción cada vez más concentrado, lo que provoca un nuevo impacto en la lucha por la tierra y en la estructura del comercio municipal. Por eso, hay campesinos que aún luchan por la permanencia en la tierra y hacen estrategias de resistência como los cultivos alternativos, diversidad en la producción, consórcios de labranza, mejoría técnica de la producción, agregación de valor al producto y venta directa de la producción en los mercados y en las ferias del productor. Así, el análisis de la cuestión agraria en el contexto de la mudanza de la economía de café a la caña de azúcar, y sus efectos para los campesinos son elementos importantes, sobretudo para la comprensión de la reelaboración de nuevas formas de permanencia y reconstrucción del campesino.

Palabras claves: territorialización; café; campesinos; resistencia, caña de azúcar

INTRODUÇÃO

"Quem trabalha nessa terra
Não tem direito no chão.
Os maiores proprietários
Na terra nem sujam as mãos.
Isto é contra a lei divina
Cristo não dá o perdão.
A terra que era abençoada
Tá ficando amaldiçoada
Por causa da exploração".
(PRETTO)

A questão agrária é um tema de intenso debate entre os autores que se preocupam com o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil. Por isso, de tempos em tempos esse debate volta com novas roupagens, mas com a temática que continuamente está presente nas discussões, isto é, a discutir os problemas agrários como forma de tentar resolver problemas da distribuição de renda e justiça social.

Nesta pesquisa optamos pela análise da questão agrária no bairro "Maquininha" no município de Dracena, destacando a compreensão das formas de recriação, expropriação, luta e resistência camponesa diante da territorialização do capital ligado ao agronegócio. Nesse sentido, o primeiro desafio se revelou exatamente no plano teórico, já que a região é recente de ocupação e pouco pesquisada, portanto com pouco referencial bibliográfico, isso fez com que a escolha do tema fosse um fato relevante para explicar os conflitos entre capital e trabalho camponês na atualidade.

Para a concretização dessa pesquisa, foi realizado um minucioso levantamento bibliográfico em acervos particulares e oficiais sobre o município de Dracena, além de uma refinada leitura em obras sobre as abordagens da Geografia agrária, nacional e internacional para dar embasamento no plano teórico, principalmente quanto aos conceitos de camponês, de território e de frentes de expansão, sobre os quais observamos que não há concordância entre vários autores, havendo assim, necessidade de uma discussão teórica para alicerçar o assunto, além disso, também pesquisamos os dados fornecidos pelos Censos Agropecuários do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e com o

levantamento de informações junto à LUPA (Levantamento Censitário de Unidades Produtivas Agrícolas), feitos pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral do Estado de São Paulo referente à produção de café, produtos temporários, pecuários e do setor canavieiro. Porém a principal fonte de análise do estudo foi a realização de 58 entrevistas com pessoas do município de Dracena e em especial do bairro “Maquininha”, das quais 39 são camponeses, 12 abandonaram o campo e hoje moram na cidade e 7 são empresários, diretores e responsável técnico de instituições públicas e privadas ligadas ao setor agropecuário. Estas entrevistas foram compostas por temáticas diversificadas de acordo com o assunto relacionado em cada capítulo como a grilagem de terras, o modo de produção camponês e o arrendamento de terras.

A delimitação do bairro “Maquininha” deveu-se ao fato de ser a fração do território onde passamos a nossa infância até o início da vida adulta e que por isso despertou o interesse pela análise e explicação das mudanças, principalmente no que diz respeito à compreensão da colonização, da expropriação, da luta e da resistência do campesinato nesse local e no município de Dracena diante das modificações na estrutura produtiva com a modernização conservadora e as investidas do agronegócio. Assim, ressaltamos que além de motivações acadêmicas, o estudo deste tema também faz parte de uma realização profissional e pessoal, já que, ao mesmo tempo em que se adquiria a bibliografia sobre as particularidades do lugar, a realização das entrevistas com os camponeses do bairro fazia vir à tona a vivência de anos de trabalhos rurais em propriedades do município, onde as famílias se submetiam à lida de várias culturas para continuar o modo de vida camponês. Porém, essa intimidade e proximidade com as pessoas e com o lugar permitiu o contato direto com os moradores, que sem resistências para expor seus problemas e anseios, contribuindo sobremaneira para o trabalho de campo.

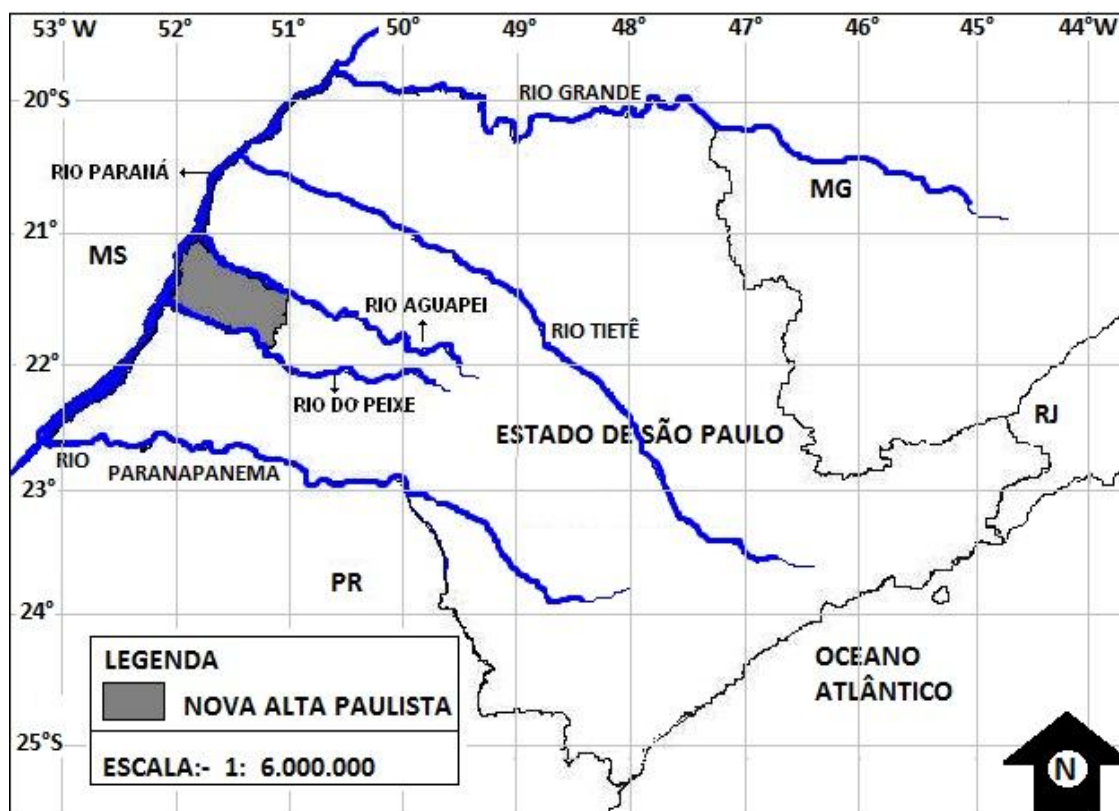
O município de Dracena, onde se encontra o “Bairro Maquininha”, está localizado na Alta Paulista¹, área circunscrita na porção extremo ocidental do Estado de São Paulo, numa faixa estreita de terras, cercada pelas margens dos rios do Peixe ao sul e do Aguapeí ao norte, até o encontro destes com o rio Paraná.

¹ Região ferroviária do Estado de São Paulo, que se estende situada entre o Rio Aguapeí ou Feio e o Rio do Peixe, por onde passava o traçado do Tronco Oeste da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. A ferrovia chegou a Tupã em 1941, de onde avançou para o oeste somente a partir de 1949, motivo pelo qual o extremo oeste dessa faixa é conhecida como Nova Alta Paulista.

Devido o relevo e a disposição dos rios, esta faixa de terras forma um espigão com aproximadamente 65 quilômetros de largura no sentido norte – sul e 250 quilômetros de comprimento no sentido leste – oeste indo da cidade de Garça a leste até a cidade de Panorama no extremo oeste, acompanhando a linha férrea da antiga CPEF - Companhia Paulista de Estrada de Ferro (atual Ferrobán).

Seu extremo oeste foi colonizado a partir da cidade de Tupã, de onde a ferrovia avançou para o oeste somente a partir de 1949, motivo pelo qual a parte ocidental do espigão é conhecida como Nova Alta Paulista² (Mapa 1)..

Mapa 1 – Região da Nova Alta Paulista no Estado de São Paulo



FONTE: Secretaria Municipal de Assuntos Viários de Dracena – 2009

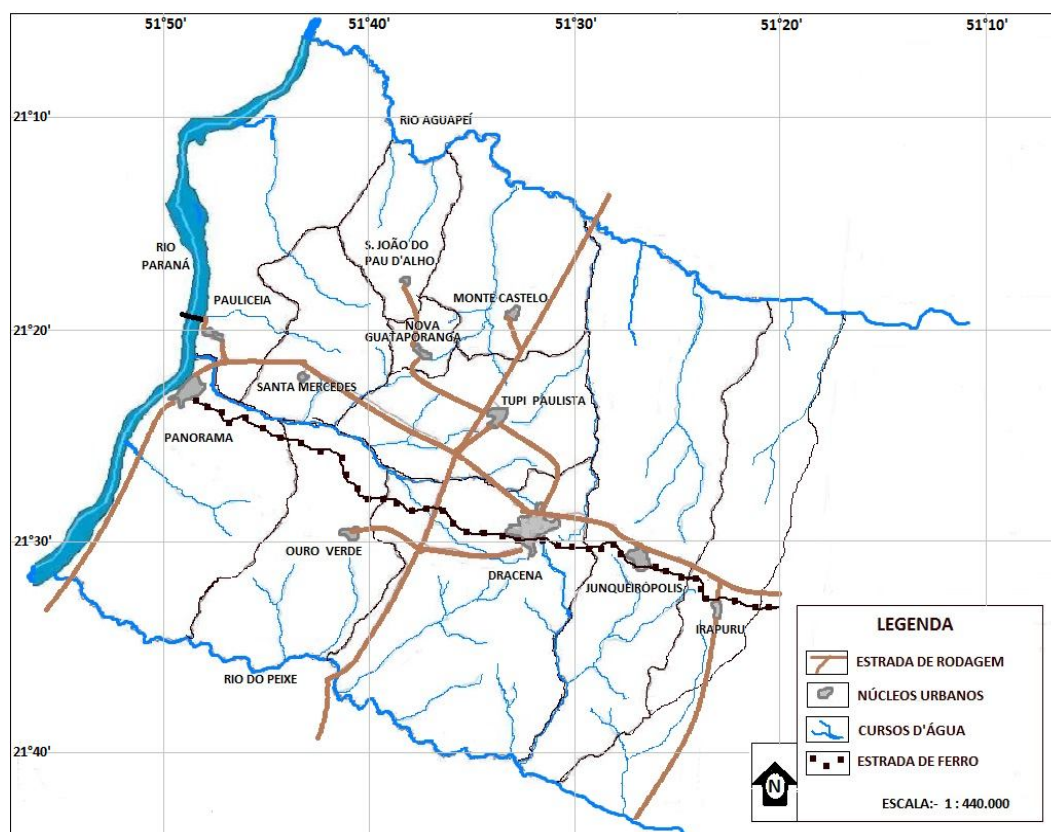
Organização e adaptação: Joviano, C. V. M.

² Segundo Gil (2004), a Nova Alta Paulista é uma sub-região composta por 24 municípios que recebe este nome por ser a última região do Estado a ser colonizada, por isso “Nova” e uma alta quilometragem (distância) das antigas áreas de plantação de café, por isso “Alta” e “Paulista” derivado do nome da estrada de ferro – Companhia Paulista de Estrada de Ferro – que cortou este trecho até o rio Paraná.

Este estreito espigão de inclinação suave para o oeste, de relevo planáltico com pequenas ondulações (Planalto Ocidental Paulista) e solos de latossolo vermelho amarelado, fase arenosa e podzolizado de média fertilidade possui altitude média de 420 metros no município de Dracena.

Pertencente 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, faz limites ao norte com Tupi Paulista; ao sul com Presidente Venceslau, Santo Anastácio e Piquerobi; a leste com Junqueirópolis e a Oeste com Ouro Verde. É a cidade mais importante da Microrregião de Dracena (Mapa 2), composta por 11 municípios³.

Mapa 2 – Microrregião de Dracena



FONTE: Base de georreferenciamento da Fehidro e Secretaria Municipal de Assuntos Viários de Dracena – 2009 - Organização e adaptação: Joviano, C. V. M.

No que se refere ao clima, verifica-se na região durante o ano duas estações bem definidas: uma estação mais quente e úmida, com chuvas mais

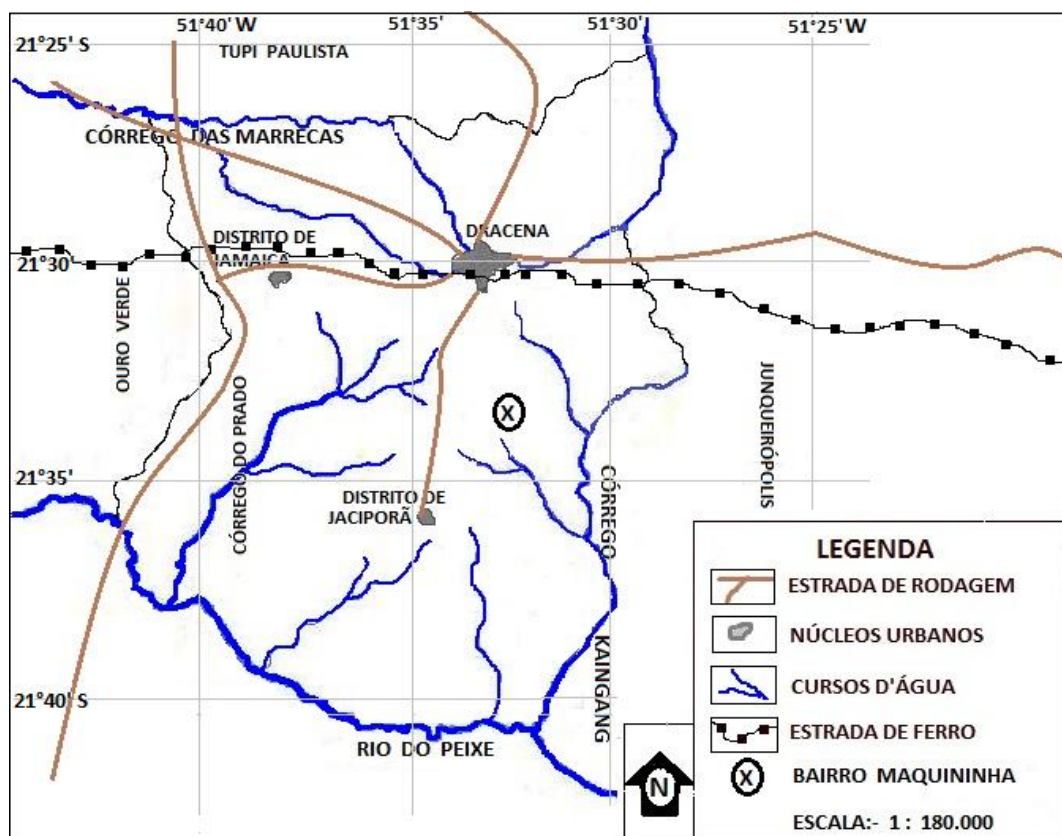
³ Segundo o EDR de Presidente Prudente a Microrregião de Dracena é composta pelos municípios de Irapuru, Junqueirópolis, Dracena, Tupi Paulista, Santa Mercedes, Ouro Verde, Panorama, Pauliceia, Nova Guataporanga, São João do Pau D'algo e Monte Castelo.

abundantes e freqüentes no verão e primavera e outra estação seca, com tempo estável no outono e no inverno, classificado segundo Monteiro (1973), como climas tropicais alternadamente secos e úmidos, com pluviosidade que oscila entre 1400 mm e 1600 mm.

Sua vegetação predominante é de cobertura florestal tropical pluvial, com um aspecto de mata fechada, motivo pela qual passou a ser conhecida por “Zona da Mata”, hoje praticamente extinta devido o desmatamento, restando apenas pequenas faixas úmidas nas proximidades dos córregos.

Com uma população estimada de 43.989 habitantes em 2008, segundo o IBGE, possui 92% desta população na zona urbana, incluindo a população dos dois Distritos de Jaciporã ao sul e de Jamaica a oeste, (Mapa 3).

Mapa 3 - Município de Dracena



FONTE: Base de Georreferenciamento da Fehidro e Secretaria Municipal de Assuntos Viários de Dracena – 2009 - Organização e adaptação: Joviano, C. V. M.

Após a apresentação do bairro “Maquininha” (Mapa 4 e Figura 1), como recorte territorial da pesquisa, discutiu-se no primeiro capítulo a questão do campesinato e os caminhos teóricos metodológicos da pesquisa, segundo alguns clássicos internacionais como Chayanov (1974), Lênin (1985), Kautsky (1968), Shanin (1983), e nacionais como Martins (1975 e 2000), Woortmann (1990) e Oliveira (1991, 1996 e 2002), que oferecerão suporte conceitual para se compreender as perspectivas para a questão agrária em Dracena, através de leitura bibliográfica sobre o tema.



Figura 1 - Vista aérea do bairro “Maquininha”

Fonte: Digital Globo – 2003 - Organização e adaptação: Joviano, C. V. M.

No segundo capítulo, ainda através de leituras bibliográficas, pesquisas em instituições como museu, cartórios e acervos pessoais, além de entrevistas junto

a pessoas remanescentes ou parentes de agentes construtores da história do município de Dracena, apresentamos a compreensão das condições de recriação e reprodução do campesinato na área do atual município de Dracena através das frentes de expansão, destacando a situação enfrentada pelos trabalhadores rurais, como posseiros, empreiteiros, parceiros e proprietários para vencer os obstáculos da territorialização do capital. Analisamos o conflito existente no âmbito da substituição das frentes de expansão pelas empresas imobiliárias, comerciantes de terras e quadrilhas organizadas para grilagem e a participação em particular da Empresa Imobiliária Fioravante, Spinardi & Vendramini Ltda., responsável pela fundação do município e pela venda de lotes de pequenas e médias propriedades aos ex-colonos das antigas zonas cafeeiras, que trouxeram para a região a plantação da cultura de café entremeada com produtos de subsistência.

Isto posto, no terceiro capítulo, trazemos para a análise a estruturação da produção camponesa no bairro “Maquininha” e a formação da economia cafeeira da unidade familiar, além das formas de sujeição da renda da terra nas relações camponesas entre parceiros e proprietários, como também nas relações entre camponeses e empresários compradores e financiadores de safras de café. Para isso foram necessárias várias entrevistas, visitas em cartórios, ao IBGE, às destilarias de álcool e leituras, para se fazer a análise do auge, da crise e da desarticulação da produção cafeeira, que deu início a um intenso processo de desterritorialização, abrindo caminho para a territorialização do capital no município de Dracena, representado pela expansão da cana-de-açúcar associado à implantação de usinas de açúcar e destilarias de álcool, como fica demonstrado no quarto capítulo. Isto, porém, não significa a expropriação e sujeição total da vida camponesa, pois apesar das estratégias de expansão produtiva do capital, analisamos também a resistência, as estratégias e representações camponesas na luta pela permanência na terra, que fundamentou a idéia central da pesquisa.

A partir desse pressuposto entende-se que a pesquisa busca evitar a análise fragmentada e “atomizada” da questão agrária no município de Dracena, como também, deixar de responsabilizar fatos isolados para explicar o contexto socioeconômico atual. Daí a importância de se compreender e analisar a formação, a consolidação e a decadência da cafeicultura, que provocou a modificação da forma de produção de muitas famílias que, com o intuito de permanecer na terra, buscaram e criaram formas de resistência dentro das unidades familiares de

produção frente às estratégias de expansão e dominação do capital, em especial da cana-de-açúcar, no município em questão.

1. CAMPESINATO E TERRITÓRIO: PERSPECTIVAS PARA A QUESTÃO AGRÁRIA EM DRACENA

A questão agrária no capitalismo pode ser abordada sob diversas perspectivas teóricas, muitas delas, assentadas em interpretações clássicas, marxistas ou não marxistas. Em decorrência das diversas abordagens, tem sido tema de debate entre aqueles que se preocupam com o desenvolvimento das forças produtivas e também destrutivas. Com o passar dos tempos, esse debate vai e volta a ser ponto de grande cautela, com novas vestes, mas com a temática central que sempre esteve presente, ou seja, com a importância da resposta dos problemas agrários como forma de resolver problemas da distribuição de renda e justiça social.

Considerando-se que a agricultura é uma grande consumidora de espaço, a sua apropriação, o território, adquire relevância, nos estudos de Geografia Agrária. A atividade agrícola apresenta muitas particularidades em relação às outras atividades econômicas, devido ao fato de que, a terra, meio de produção fundamental na agricultura, não pode ser reproduzida e nem multiplicada pelo homem, da maneira como ocorre com os outros setores de produção.

Nesse sentido, a construção de conceitos é um processo amplo, necessário e em debate constante. Compreender esses processos é significativo para a superação de uma visão apriorística contra os sujeitos que lutam por suas existências na conquista de seus territórios. Um problema relevante nas análises de pesquisadores diz respeito ao lugar ocupado pelo campesinato no contexto do processo de expansão do capitalismo no campo.

Compreendemos que além dos conceitos de campesinato, desenvolvimento do capitalismo e sujeição da renda da terra, o conceito de território também se mostra importante em nossa análise, principalmente para diferenciá-lo de espaço, pois o território congrega através de seus elementos, dinamismo histórico e atualizações permanentes em seu movimento de totalização.

Para compreender os camponeses é imprescindível, entendê-los como uma classe específica que compõe a sociedade capitalista moderna, e, mesmo que estes camponeses não tenham o acúmulo de capital como finalidade principal, eles ainda se encontram inseridos no modo capitalista de produção.

Portanto, para um melhor entendimento sobre esse assunto é necessário a análise de alguns clássicos como Kautsky (1968), Lênin (1985) e Chayanov (1974). Na qual, os dois primeiros defendem a tese da extinção do campesinato, isto é, o desaparecimento do campesinato diante do desenvolvimento do capital, enquanto Chayanov (1974) situa sua análise na resistência da unidade econômica camponesa. Apesar de obras anôneas, já que seus autores conviveram com as transformações da sociedade alemã e russa no final do século XIX e início do século XX, particularmente o papel destinado à agricultura e ao campesinato, elas ainda têm grande importância para os estudos na atualidade. Como exemplo, podemos citar os estudos de pesquisadores que se destacaram a partir do final do século XX, principalmente após os anos de 1960 e 1970, como Shanin (1983), Martins (1995 e 2000), Oliveira (1991, 1996 e 2002), que de certa forma, viveram as transformações da sociedade do Terceiro Mundo no pós II Guerra Mundial e pós-modernização da agricultura.

De um modo geral, o conteúdo das obras sobre a questão agrária, retrata, muitas vezes, a contenda acerca da difícil situação camponesa no trajeto do desenvolvimento do capitalismo. Assim, os estudos de Kautsky (1968) e Lênin (1985) se ampliaram na direção da oposição à teoria da reprodução do trabalho familiar camponês fundamentado na visão de que o desenvolvimento capitalista levaria o campesinato a um processo de desintegração.

Em sua obra *A Questão Agrária*, Kautsky (1968), analisou o início da relação entre a agricultura e a indústria afirmando que:

É o modo de produção capitalista que domina na sociedade atual. É o antagonismo da classe dos capitalistas e do proletariado assalariado que move o nosso século e lhe dá a sua fisionomia. Mas o modo de produção capitalista não constitui a única forma de produção existente na sociedade de nossos dias. Ao lado dele se encontra restos de modos de produção pré-capitalistas que se mantiveram até hoje. (KAUTSKY, 1968, p. 21)

Kautsky (1968) afirma que o desenvolvimento do capitalismo na cidade desestruturou a vida camponesa, já que a procura por dinheiro levou o camponês a produzir o que a indústria não produzia. Assim a industrialização acabou com a auto-suficiência colocando-o na lei de mercado, sendo obrigado a vender parte da produção para conseguir dinheiro, surgindo a figura do intermediário e da submissão

do camponês ao mercado, sendo necessário se adequar à nova realidade, constata-se isso quando ele escreve que:

O desenvolvimento da indústria urbana lança também o germe da dissolução da família rural primitiva. Inicialmente a propriedade do camponês continha a terra necessária à alimentação da sua família e às vezes mesmo para o pagamento do foro aos senhores. Mas quanto mais o lavrador caía sob a dependência do mercado, quanto mais tinha necessidade de dinheiro, quanto maior era, por conseguinte o excesso de gêneros que devia colher e vender, tanto mais tinha necessidade de terra proporcionalmente ao tamanho de sua família, e permanecendo idênticas as condições de produção, para cobrir as suas despesas. (KAUTSKY, 1968, p. 29)

Além disso, prevendo a inclusão do capitalismo na agricultura e sua produção sendo dirigida pela dinâmica industrial, na qual o camponês acaba sendo envolvido pelo sistema capitalista e deixa de ser camponês, tornando-se um agricultor voltado para a produção do mercado ficando dependente de atributos que antes era dele e o tornava o ator principal da produção, mas com a entrada do capitalismo na agricultura a tecnificação o suprime em grande parte, por isso:

Quanto mais o capitalismo progride na agricultura, tanto mais acentua ele a diferença qualitativa entre a técnica da grande e pequena exploração. (...) se os pequenos camponeses desejarem realmente ter, por intermédio da associação, as vantagens da lavoura praticada em grande escala, não devem perder-se em desvios, mas caminhar direito a esse objetivo. (KAUTSKY, 1968, p.108).

Entendendo que, mesmo admitindo que a grande exploração tem melhores condições para satisfazer as necessidades da indústria, para Kautsky (1968), não significa o fim da pequena propriedade, pelo contrário, a grande exploração necessita das pequenas propriedades para a exploração industrial como fornecedoras de matéria prima e ainda, como reserva de mão-de-obra para os períodos que a grande exploração precisar de assalariados. Todavia, para isso sugeriu que os camponeses se organizassem, em ligas, para superarem essas dificuldades, ou seja, uma organização coletiva do campo, no qual poderá um dia resolver seus problemas.

A grande empresa socialista não expropriará o pequeno camponês. Ela o arrancará do inferno em que a sua propriedade privada hoje a acorrenta. A evolução social segue na agricultura o mesmo caminho que na indústria. As necessidades sociais, assim como as condições sociais, nesta como naquela, empurram no para a grande exploração socialista, cuja forma mais

alta conjuga a agricultura e a indústria numa sólida unidade. (KAUTSKY, 1968, p.325).

Assim como Kautsky (1968), Lênin (1985)⁴, também defendia a desagregação e o desaparecimento do camponês, porém, como uma tendência histórica, porque o campesinato representava a permanência de formas não-capitalistas (apud SHANIN, 1983, p. 54-55), pois para ele “a dificuldade camponesa estava na dinâmica das relações mercantis, na divisão do trabalho e na diferenciação de classe que constituíam o ponto central da transformação capitalista.” A ênfase passa da produção para as relações mercantis. Portanto, o processo estava em pleno curso através da dependência crescente dos camponeses em relação ao mercado, como, o crescente assalariamento, a industrialização do campo e baixa resistência à transferência da renda da terra aos capitalistas.

Lênin (1985) descreve a situação do camponês diante do processo capitalista, onde, na economia mercantil fica totalmente subordinada ao mercado, dependendo tanto para seu consumo próprio, como para sua atividade agrícola. O processo de desintegração do campesinato, para ele, é conseqüência de diversos fatores, no qual Lênin analisou em um conjunto de dados sobre “arrendamento, compra de terras, implementos agrícolas aperfeiçoados, atividades temporais, o progresso da agricultura mercantil, o trabalho assalariado” (LÊNIN, 1985, p.94). Desse modo, através dessas informações, ele formula a tese da desintegração do campesinato na Rússia. Nesse sentido, Lênin afirma que:

O campesinato antigo não se “diferencia” apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que contribuem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista (LÊNIN, 1985, p.114).

Portanto, o estudo de Lênin (1985) mostra que a inserção do capitalismo na agricultura provocou um antagonismo nas classes sociais rurais. Havendo uma oposição de classes, de um lado, a burguesia rural e de outro, operários agrícolas. Então “os agricultores se metamorfoseiam cada vez mais depressa em produtores submetidos às leis gerais da produção mercantil” (LÊNIN, 1985, p. 202).

⁴ Obra intitulada: “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, elaborada em 1899.

Já Chayanov⁵ (1974) referencia seu embasamento na conjectura do balanço trabalho-consumo, no sentido de apreender a razão camponesa e diferenciá-la da conduta capitalista, onde o camponês permanece de forma isolada perante a lógica da reprodução do capital, isto é, defende a idéia da permanência e recriação camponesa. Para o autor, a possibilidade de descamponização, era uma situação ligada ao ciclo de desenvolvimento da família, pois o que estava em andamento no campo, não era uma ação de distinção e antagonismo que levaria o camponês a um processo de desintegração, mas um conjugado de táticas que surgia da família para o campo, onde a proletarização ou a acumulação capitalista não era um fim, mas a própria reprodução camponesa. Assim, quando as atividades não agrícolas proporcionarem possibilidade de rendimento superior à agrícola, a mão-de-obra familiar migra para a primeira.

Para Chayanov (1974) o campesinato deve ser entendido como uma forma de economia natural, na qual inexistente o salário ou é mínima a possibilidade de acumulação. Nela, toda a atividade é orientada para satisfazer as necessidades da família que são, ao mesmo tempo, unidades de produção. A renda é resultado do trabalho conjunto dos membros da família, no próprio estabelecimento ou fora dele, nas atividades agrícolas ou em outras atividades, como o artesanato ou o trabalho sazonal.

Esta forma de abordagem coloca-nos frente a um conceito de campesinato de natureza híbrida na medida em que a unidade de produção camponesa trata-se de uma fusão entre uma unidade de produção e de consumo. É preciso entender também que estas não são dimensões separadas no cotidiano do camponês. No campesinato, o trabalho não é encarado como uma atividade exclusivamente direcionada ao lucro, mas como um meio para a manutenção da família, onde o objetivo final é o de saciar as necessidades.

[...] podemos decir que en la unidad económica de explotación familiar los adelantos para renovar y formar capital se extraen del mismo presupuesto y están vinculados con el proceso de satisfacción de las necesidades personales y que, en todos los casos, su importe depende de la medida en la que pueden satisfacerse estas necesidades (CHAYANOV, 1974, p. 238).

A idéia central na análise de Chayanov é a consideração da subjetividade da tomada de decisão do camponês, uma vez que o camponês tem dificuldades em

⁵ Referente a obra de Chayanov “La organización de la unidad económica campesina de 1925.

estabelecer divisões na receita bruta, no sentido de separar objetivamente os investimentos para manter o capital e para reproduzir a força de trabalho. Assim, suas decisões são orientadas pelas necessidades do núcleo familiar.

Uma das grandezas mais admiráveis das lutas dos camponeses no Brasil está situado no empenho em compor um lugar de vida e de trabalho. Assim a terra não é vista como uma mercadoria, mas como um patrimônio, uma providência de Deus. Nesta linha de análise está Woortmann (1990), na obra “Com parente não se neguceia” afirmando que a reciprocidade garante o princípio moral, recusando, o camponês, a benesse do lucro, pois nega de qualquer forma o negócio dentro do grupo, já que no negócio, segundo o imaginário camponês, um adquire vantagem sobre o outro. Dessa forma, o homem capitalista vive a oposição do homem moral.

Muitos sitiantes são também negociantes, mas o negócio é percebido como a negação da moralidade, pois ele significa ganhar à custa do trabalho alheio. É percebido, então, em oposição ao trabalho e como uma atividade que não envolve honra. O negócio é pensado como imoral pelo próprio negociante, pois também para ele, que é igualmente sitiante, só o ganho obtido pelo trabalho sobre a terra - *a terra de trabalho* - é moralmente legítimo. (WOORTMANN, 1990, p. 38, grifo do autor).

Nessa perspectiva, Woortmann (1990) busca apresentar de um modo inovador, uma alternativa para as tradicionais abordagens que distinguem o campesinato como uma simples força de trabalho. Ele cria a análise da ética camponesa, onde terra, trabalho e família não podem ser analisados separadamente porque a definição do campesinato e de seus sujeitos se acha no significado da terra e da família como aspecto de sua vida, de sua ética e de seu trabalho.

Woortmann (1990) afirma que os valores morais, éticos e sociais do camponês manifestam-se na relação com a terra, com o trabalho, com a família e com a sociedade. A terra é o apego que permite as relações sociais, enquanto que campesinidade convém para marcar uma ordem de valores do campesinato, apontada pelo nível de possibilidades maior ou menor desses grupos, quando comparada suas relações com outros grupos exteriores. Portanto, a campesinidade é distinguida por uma ética onde terra, trabalho e família são analisados de forma inter-relacionada, isto é, um não acontece sem o outro, e a relação entre eles é organizada principalmente pelos valores da honra, hierarquia e reciprocidade.

No Brasil, o camponês⁶ tem se reproduzido quase que por completo, sob a constituição da fragilidade estrutural, ou seja, com poucas condições para desenvolver as potencialidades do próprio sistema clássico de produção e de vida social. Assim, a formação do campesinato brasileiro reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira, especialmente o seu quadro colonial, que se perpetuou, como uma herança, após a independência nacional, e a dominação econômica, social e política da grande propriedade.

As análises da história passada e recente das ações do Estado relativas à questão agrária mostram que a elite agrária sempre concretizou os seus objetivos através do uso do poder e da influência que lhe é atribuída na esfera político-econômica do país. É notório que tudo o que se fez na política agrária, foi feito direcionado aos grandes proprietários rurais, em detrimento dos trabalhadores rurais e pequenos proprietários. Assim, segundo Martins (1997) o centro da questão agrária não pode ser explicado por questões econômicas e sócio-culturais existentes no Brasil, mas sim na atuação política que vigora até hoje no cenário governamental através do uso do poder e da influência. Portanto, a questão agrária é fundamentalmente uma questão política.

Enfim, o agricultor camponês, no Brasil, permanece próximo da expropriação. Com sua propriedade comprometida como garantia de empréstimos para investimentos e, sobretudo para custeio das lavouras, ou endividado, já que os custos de produção são elevados, há, muitas vezes, desconhecimento e/ou falta de acesso às técnicas modernas de produção e dificuldades quanto à obtenção de subsídios e auxílio técnico.

Oliveira (2002), partilha da tese de que o campesinato tende a permanecer no capitalismo, seja porque as relações capitalistas não se estabelecem

⁶ Martins (1981), afirma que o termo camponês, bem como seu correspondente latifundiário, foi uma transposição patrocinada por grupos de esquerda, sobretudo o Partido Comunista do Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, inspirado na realidade russa. Essa importação reveste-se de uma dupla significação. Por um lado, buscaria imprimir o conceito político de classe à realidade agrária do país, homogeneizando sujeitos sociais e estabelecendo uma compreensão de conflito e antagonismo, a partir da inspiração teórica marxista, na tentativa de emprestar “atualidade” à realidade do campo no Brasil. Por outro lado, a uniformização do conceito possibilitaria dar às lutas camponesas, apontadas como práticas pré-políticas, arcaicas, de motivação messiânica ou milenarista, um direcionamento político-ideológico, a partir da condução da luta patrocinada pelos operários urbanos e sob orientação das vanguardas personificadas na figura dos intelectuais e dirigentes partidários.

de modo homogêneo no tempo e no espaço, seja pela luta das famílias camponesas para não perder as terras ou conquistá-las, seja porque o sistema se beneficia da produção camponesa.

Na agricultura, o capital ora controla a circulação subordinando a produção, ora se instala na produção subordinando a circulação. Aliás, uma engendra a outra. Como consequência desse movimento contraditório, temos o monopólio do capital ora na produção, ora na circulação. Esse processo contraditório de desenvolvimento da agricultura ocorre nas formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam de relações de trabalho familiares para não terem que investir, na contratação de mão-de-obra assalariada, uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, convertem-na em dinheiro. Assim, transformam, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, que se faz por meio de relações não capitalistas (OLIVEIRA, 2002, p. 80).

Para esse autor, o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura de nossos dias está marcado pela sua industrialização e pela sujeição da renda da terra ao capital, quer pela compra da terra para explorar ou vender, quer pela subordinação à produção do tipo camponês. Assim:

(...) o fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra. Primeiramente, o capital sujeita a renda da terra e em seguida subjuga o trabalho nela praticado (OLIVEIRA, 1991, p. 49).

Diante disso conclui-se que, a luta pela terra está assentada no processo contraditório de desenvolvimento do capital que, ao mesmo tempo em que expropria, abre possibilidade histórica do retorno à terra. Esses dados proporcionam compreender os conflitos fundiários constantes no Brasil como parte de uma luta histórica, que, nas duas últimas décadas têm assumido novas características, em virtude das transformações recentes no campo brasileiro:

(...) as questões sociais no campo, como a posse da terra e a imposição de poder, são históricas, vindo desde os quilombos, passando pelo messianismo de Canudos na Bahia e do Contestado no Sul, pelas Ligas Camponesas no Nordeste, Formoso, Porecatu até chegar à organização do MST, mostrando que a luta pela terra é uma reação também histórica usada pelos grupos excluídos (OLIVEIRA, 2002, p. 18)

As obras de Fernandes (2000) e (2004) também partilham da tese da recriação do campesinato. Assim, o campesinato não está em processo de extinção, afirmando que as ocupações promovidas pelos movimentos sociais são uma importante teia de recriação camponesa, porque implica recuperar a condição material para a territorialização camponesa, que é a apropriação da terra.

Esta tese é refutada pelos teóricos da agricultura familiar, que tem construído a compreensão e a percepção de que o camponês representa o velho, o arcaico e o atraso, enquanto o agricultor familiar representa o novo, o moderno, o progresso. Além disso, procuram construir um método de análise em que o desaparecimento do camponês está no processo de metamorfose em agricultor familiar, na qual para Abramovay (1992), o camponês se metamorfoseia em agricultor familiar e se integra ou se mantém como ele mesmo e se desintegra. Assim:

(...) a atividade produtiva que dá origem a sua reprodução não tem o estatuto de trabalho social e é neste sentido que o campesinato só pode se constituir naquele grupo de bárbaros de que falava Marx (ABRAMOVAY, 1992, p.36).

Para Abramovay (1992) o camponês possui cultura e economia incompleta, impossibilitando sua participação em mercados completos desenvolvidos pela economia capitalista. Portanto, o camponês é a melhor definição de resíduo feudal, um resquício, classe que representa a barbárie, uma vez que “as sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis” (ABRAMOVAY, 1992, p.130).

A escolha pelo termo trabalhador familiar em substituição ao termo camponês não é inédito. Na década de 1980 se pensou em algo parecido como a substituição do conceito de camponês por pequeno produtor, como nos adverte Margarida Maria Moura.

Há autores que distinguem camponês do pequeno produtor. Enquanto o conceito de camponês para eles é vago e indefinido, (...) Argumentam que o pequeno produtor é o ator fundamental da produção mercantil simples, que procede a produção mercantil ampliada; esta, por sua vez caracteriza o capitalismo (MOURA, 1986, p.13).

Porém, segundo Fernandes (2004), os teóricos da agricultura familiar não têm referencial para compreender esse processo, pois ignoraram a parte essencial da formação dos camponeses brasileiros de hoje, que é a luta pela terra:

Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista. No capitalismo, a sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção, por meio da luta pela terra e pela reforma agrária (FERNANDES, 2000, p. 279-80).

Para Fernandes (2001) o processo de empobrecimento e expropriação dos trabalhadores rurais tem como causa principal a sujeição da renda da terra ao capital. Portanto, a questão da expropriação da terra e do empobrecimento de pequenos agricultores é de subordinação, cujo caráter é político, pois como os camponeses não se apropriam da maior parte da riqueza produzida pelo seu trabalho, necessária para o seu desenvolvimento socioeconômico, inicia-se um processo de decadência das unidades familiares, levando ao êxodo, com a concentração de renda e da propriedade nas mãos dos capitalistas.

Martins (2000) se destaca no debate sobre a questão agrária, quando enfatiza que esta possui uma temporalidade própria. Assim:

[...] contradições, dilemas e tensões que mediatizam a dinâmica social e, nela, a dinâmica política. (...) A questão agrária é, em termos clássicos, o bloqueio que a propriedade da terra representa ao desenvolvimento do capital, à reprodução ampliada do capital. (...) o capital personificado não se libertou da propriedade da terra, como aconteceu em outros [países], na extensão necessária que a contradição entre capital e terra se manifestasse à consciência das diferentes classes sociais como oposição de interesse e irracionalidade que bloqueia o desenvolvimento econômico e social (e político!). (MARTINS, 2000, p. 89-91)

Para Martins (1981), a Lei de Terras⁷ de 1850 foi o marco divisor do campesinato brasileiro, pois se antes (de 1850) a concentração fundiária era produto do comércio negreiro, após passa a ser o monopólio de classe sobre a terra o fator principal da sujeição do trabalho. Portanto, o espaço do camponês passa a ser um e

⁷ Com a aprovação da lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, denominada Lei de Terras de 1850, que tinha por finalidade discriminar as terras públicas das privadas através da deliberação do Imperador brasileiro que áreas com títulos não registrados a partir de então se tornariam terras devolutas e proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra.

o espaço do fazendeiro passa a ser outro, porque as modificações no regime fundiário abrem caminho para um novo campesinato.

O russo Shanin (2005) apresenta grande contribuição com relação ao debate sobre o uso ou não do conceito camponês. Para o autor:

O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades reações e interações com o contexto social mais amplo. Um ponto a ser lembrado, especialmente no contexto das diversas experiências “ocidentais”, é que a essência de tal unidade reside não no parentesco, mas na produção. (SHANIN, 2005, p. 05)

Numa análise mais atual sobre o campesinato o Sociólogo Teodor Shanin, proferiu algumas discussões no encerramento do III Simpósio Internacional e IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária (SINGA), na cidade de Londrina- PR em 2008⁸, onde afirmou que no século XXI os camponeses têm se mostrado muito criativos em situações de crise, principalmente quando:

As soluções encontradas para o problema de como permanecer e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. (...) A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar (PAULINO e FABRINI, 2008, p. 25 e 26).

Nesse sentido, para Shanin é necessário analisar a economia camponesa a partir da economia familiar, pois para ele de certa maneira “ela é mais eficiente” que as outras duas formas de economia, no caso a estatal e a economia de mercado. Isso ocorre por que:

A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas, seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente que as economias não camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí a sua capacidade de resolver problemas que os outros tipos de economias não

⁸ Sua conferência foi publicada na obra: PAULINO, E.T., FABRINI, J.E. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa (PAULINO e FABRINI, 2008, p. 27).

Assim sendo, o trabalho familiar justifica o significado da terra para o camponês, o chão passa a ter outro sentido, pois a terra não é território para se retirar renda, a terra é onde o camponês sustenta e garante a sua existência, assegura a continuidade da família camponesa com o trabalho familiar, que acontece na terra. Portanto é impossível separar a economia, a família e a terra no imaginário camponês, justamente pelo fato de que o trabalho familiar fornece o alimento a ela mesma e para isso ele precisa da terra, que não é somente local de plantar e colher, é também local de morar, de lazer, de rezar, de descansar, de reproduzir seus costumes. Assim, a terra para o camponês é o local onde ele territorializa o seu modo de vida.

Para compreender o território camponês é de suma importância analisar o conceito de território, notadamente para diferenciá-lo de espaço geográfico como é denominado de forma popular.

A origem do conceito de território, por sua vez, tem por embasamento as formulações de Friedrich Ratzel. Para ele, o território, é uma parte da superfície terrestre tomada por um grupo humano, onde a expansão do espaço vital constituía-se na própria razão de ser do Estado, de modo que, por meio da política, o espaço transformava-se em território.

Portanto, território tem a ver com poder, mas não somente ao poder político. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.

A primeira obra a criticar essa limitação ao debate sobre o território foi publicado por Claude Raffestin e tornou-se referencial. Raffestin (1993) parte de uma crítica ao que denomina “geografia unidimensional”, ou seja, o território que se referencia excepcionalmente ao poder estatal. De forma explícita, a análise deste autor vai de encontro à perspectiva ratzeliana.

Partindo dessa perspectiva semelhante, Raffestin (1993) entende o território onde o domínio é estabelecido a partir de relações de poder desenvolvidas no seu interior e destaca na sua obra o caráter político do território, bem como ao utilizar um ponto de vista marxista, afirma que o espaço não tem valor de troca, mas apenas valor de uso, daí é algo dado, pré-existente, com possibilidades potenciais, a partir de onde se produzirá o território.

Raffestin (1993), afirma que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator "territorializa" o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Dessa forma, o poder é relacional, pois está inerente em todas as relações sociais.

As vinculações dos homens com o território, dialeticamente, foram configuradas a partir das representações do ser humano acerca dos fenômenos e de suas relações com os mesmos. O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Assim afirma Raffestin:

O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço. Assim, "o espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si" (idem, p. 144).

O território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Dessa forma, quando o espaço é dominado, pelo homem, que é o único com esta capacidade, o espaço torna-se território. Por isso o território também é um trunfo nas mãos de quem os detém e representa possibilidades para quem não o detém. Isto dá margem para buscar outra forma de explanação do território como "produto concreto da luta de classes travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência" (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

Nessa contradição, o território adquire uma nova identidade, centrada na coletividade que nele reside e o produz. Ele é um todo concreto, mas ao mesmo tempo é flexível, dinâmico e conflitante, por isso dialético, cheio de possibilidades que só se cumprem quando impressas e espacializadas no mesmo território.

As análises destes autores sobre campesinato e território são importantes referenciais para se compreender a dinâmica da territorialização camponesa no município de Dracena, principalmente quando se analisa os sujeitos responsáveis por essa territorialização.

A territorialização do município de Dracena foi mediada pelo processo de recriação camponesa, o que contraria as idéias de Kautsky (1968) e Lênin (1985), que defendiam a desagregação e o desaparecimento da economia não capitalista (camponesa) diante da expansão da economia capitalista. Contraria também a tese defendida por Abramovay (1992), quando alega que o camponês representa o atraso e que para permanecer deveria ser transformado em agricultor familiar integrado ao mercado capitalista.

A territorialização camponesa no município de Dracena caracterizada pelo predomínio da pequena propriedade, pela agricultura de autoconsumo, uso da mão-de-obra familiar e relações de parentesco, vem ao encontro das idéias defendidas por autores como Martins (1981), quando afirma que:

(...) as modificações no regime fundiário abrem caminho para um novo campesinato, que cada vez mais terá menos que ver com o velho campesinato de posseiros e agregados. Trata-se de um campesinato de pequenos proprietários, um campesinato de homens livres, compradores de terra, cuja existência é mediatizada por uma terra já convertida em mercadoria (MARTINS, 1981, p. 43).

A contribuição de outros autores foi muito importante para a pesquisa como Shanin (2005), que defende a eficiência e a flexibilidade da economia familiar frente à outras formas de economias, o que explica a capacidade de reprodução, recriação e resistência camponesa no município de Dracena. Já Chayanov (1974), contribuiu para a compreensão do termo camponês, no sentido de entender a razão camponesa e diferenciá-la da conduta capitalista, uma vez que para o camponês a unidade de produção é também uma unidade de consumo. Nesse sentido, o termo camponês é adequado para a compreensão do processo de ocupação do município de Dracena, e, especificamente do bairro “Maquininha”, pois a territorialização

camponesa no bairro foi caracterizada pelo predomínio da pequena propriedade, pela agricultura de subsistência através da compra de terras e uso da mão-de-obra familiar. Além da caracterização do termo camponês também contribuiu no entendimento e caracterização do grupo familiar doméstico com parentesco e apego a terra, que também teve a colaboração da obra de Woortmann (1990), quando analisa o campesinato por uma ética na qual, terra, trabalho e família são interrelacionada, isto é, um não acontece sem o outro.

As contribuições de Oliveira (2002) e Fernandes (2004) são parecidas, pois os dois defendem que o campesinato tende a permanecer no capitalismo. Além de partilharem da tese da recriação do campesinato e que a questão agrária é uma questão política, seguindo-se tais perspectivas analíticas entende-se o porquê da territorialização, desterritorialização e reterritorialização do campesinato no município de Dracena e a luta pela terra frente a expansão da cultura da cana-de-açúcar.

É salutar compreendermos ainda, que o camponês que ocupou o extremo oeste do Estado de São Paulo e, em conseqüência, o município de Dracena é aquele perfil de camponês que vem atravessando toda a história econômica brasileira e que difere muito daquele camponês feudal europeu, pois enquanto aquele camponês feudal pertencia à terra, no caso do campesinato atual, é a terra que pertence ao camponês e nela territorializa o seu modo de vida. Portanto, na condição de sujeito histórico e formado ao mesmo tempo em que se implantava a propriedade capitalista no Brasil, é de se considerar que o camponês é essencial e inerente ao capitalismo, nascendo junto e sendo produto deste modelo, mas como se (re)cria na contradição, ele não depende do capitalismo para existir.

Segundo Paulino (2003, p. 213) “são as contradições da lógica capitalista que possibilitam a recriação da classe camponesa”. Nesse sentido, podemos afirmar que tanto a (re)criação como a resistência camponesa têm sua origem na própria expansão capitalista, já que o seu sistema está organizado para a produção e reprodução para o lucro, enquanto o campesinato produz e se reproduz para a vida.

Nessa perspectiva, podemos entender por que um grande contingente de camponeses veio para o município de Dracena para plantar café, mesmo sabendo que a cultura de café estava em crise a longa data, pois segundo Paulino (2003),

O campesinato procura na terra, muito mais que a renda, mas a concretização de um modo de vida pautado na autonomia do trabalho e na reprodução social delimitada pelos profundos vínculos familiares e

comunitários, (PAULINO, 2003, p. 10).

Dessa forma, a lógica camponesa, apesar de ser inerente ao capitalismo, nos mostra que o campesinato não deve ser compreendido sob a ótica do capital, apesar de produzir dentro dele (capital), pois ele (camponês) não vê a terra como fonte de acúmulo. É nessa mesma perspectiva que Paulino (2003, p. 105) enfatiza que:

(...) para diferenciar a agricultura camponesa da capitalista não basta tomar os níveis de articulação com o mercantil ou tecnológico de uma e da outra (...). Vamos sim encontrar a diferença na forma como as relações internas se acham estruturadas (PAULINO, 2003, pág. 105).

Assim, a história do campesinato em Dracena pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na sociedade. Interessa, portanto, saber, em que condições ele encontra estímulos ou obstáculos e, de que maneira os absorve ou os supera em sua trajetória.